



PREFEITURA MUNICIPAL DE
São Miguel Arcanjo
Município de Interesse Turístico
Secretaria Municipal de Serviços Públicos

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

Nome da unidade requisitante: Secretaria de Serviços Públicos

Data: 28/03/2025

DFD nº: 391.2025

OBJETO: Aquisição de medicamentos e acessórios medicinais/cirúrgicos a serem utilizados pelo canil municipal (Secretaria de Serviços Públicos)

Quantitativo necessário: 10 (dez) itens

Prazo de entrega: Imediata

Requisitos técnicos e de qualidade: As informações estão no orçamento anexo ao processo de compra.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE: A aquisição se fez necessária para medicar e garantir uma boa recuperação dos animais do canil municipal. No caso em questão verifica-se a Dispensa de licitação com base jurídica no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. Lembrando que no dia 29/12/22 o decreto 11.317/22 aplicou o IPCA para reajustar os valores nominais da Lei nº 14.133/21. Assim, os valores de contratação direta passaram a ser de R\$ 57.208,33. **Ficha utilizada:** 82

2. PREVISÃO DE ORÇAMENTO:
Valor estimado da contratação: R\$ 447,00

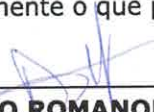
3. JUSTIFICATIVAS ADICIONAIS: Nenhuma.

4. MODALIDADE LICITATÓRIA: Cotação

5. DECLARAÇÕES:

DECLARO, como ordenador de despesas, sob as penas da Lei, que consta saldo na ficha a ser utilizada e que o objeto contratado/adquirido pela Prefeitura **NÃO** atinge o limite disposto no art. 75 da Lei 14.133/21, incisos I e II, conforme o caso, e Artigo 95, bem como não houve fracionamento do referido objeto por esta Prefeitura **no exercício corrente**, atendendo rigorosamente o que preconiza a referida Lei e demais Normas Federais correlatas.

DECLARO, como ordenador de despesas, sob as penas da Lei, que foi realizada a pesquisa de preços, da qual se refere o art. 23, §1º, IV da Lei 14.133/21, sendo anexada no processo a cotação que melhor atendia ao princípio da economicidade previsto na referida Norma, atendendo rigorosamente o que preconiza a Nova Lei de Licitações.


ROBERTO ROMANOFF PEREIRA
Secretário de Serviços Públicos